

**15. ACORDO DE EXECUÇÃO – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -
MUNICÍPIO DE BRAGA E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARENTIM E
CUNHA:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal o acordo de execução de delegação de competências do Município de Braga na União das freguesias de Arentim e Cunha, acordo esse que anexa.

ACORDO DE EXECUÇÃO

Delegação de competências do Município de Braga na Freguesia de Arentim e Cunha em matéria de:

- **Gestão e manutenção de espaços verdes;**
- **Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;**
- **Manutenção e reparação do mobiliário urbano instalado no espaço público (com exceção daquele que seja objeto de concessão);**
- **Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e manutenção dos espaços envolventes.**

Considerando que,

1. Nos termos do artigo 132º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se consideram delegadas nas juntas de freguesia as competências aí referidas;
2. A produção dos efeitos desta delegação legal está dependente da celebração de um acordo de execução, nos termos do artigo 133º;
3. Cabe às câmaras municipais, por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei discutir e preparar com as juntas de freguesia acordos de execução das competências que lhes forem delegadas ao abrigo do artigo 132.º daquela Lei;
4. Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 28 de outubro de 2013, foram encetadas negociações com a Freguesia de **Arentim e Cunha**;
5. Em estudo se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é o exercício das competências devidamente discriminadas no presente Acordo pela Freguesia de **Arentim e Cunha**;
6. O exercício destas competências pela Freguesia não determina o aumento da despesa pública global; promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais; e concretiza uma boa articulação entre o Município e a Freguesia;
7. A concretização da delegação de competências, materializada no presente Acordo de Execução, respeita os princípios estabelecidos no art.º 135º da referida Lei n.º 75/2013 e tem por objeto a delegação das competências previstas nas alíneas a), b), c), e) e f) do n.º 1 do referido art.º 132º.
8. Por força do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, conjugado com a alínea i) do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou e

negociou com a Junta de Freguesia de **Arentim e Cunha** o presente Acordo de Execução de delegação de competências;

Assim, entre os representados de ambos os outorgantes, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 133.º conjugado com o artigo 132.º, nº 1, alíneas a), b), c), e) e f) da referida *Lei nº 75/2013*, é celebrado o presente Acordo de Execução de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes, e cuja minuta foi aprovada pela **Assembleia Municipal** em sessão de ___ de ____ de 201_, sob proposta da **Câmara Municipal** aprovada em reunião ___ de ____ de 201_ e pela Assembleia de Freguesia de **Arentim e Cunha** em sessão de ___ de Abril de 201_, sob proposta da respetiva Junta de Freguesia aprovada em reunião de ___ de ____ de 201_.

PRIMEIRO OUTORGANTE: RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, casado, natural da freguesia de Braga (S. João do Souto), concelho de Braga com domicílio profissional nos Paços do Concelho sito na Praça do Município desta cidade, intervindo em representação do **MUNICÍPIO DE BRAGA** na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, com sede na morada acima referida, adiante designado por **MUNICÍPIO**.

SEGUNDO OUTORGANTE: JOSÉ MANUEL RIBEIRO AFONSO, titular do Cartão de Cidadão nº 08128256 – ____, válido até ___ de ____ de 20__, residente em Arentim e Cunha, em representação da **FREGUESIA DE ARENTIM E CUNHA**, na qualidade de Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com sede na Rua 25 de Abril, nº 10, da referida freguesia, pessoa coletiva nº 510834612, adiante designada abreviadamente por **FREGUESIA**.

Cláusula 1ª **(Objecto)**

O presente Acordo de Execução tem por objecto a delegação de competências na **FREGUESIA** em matéria de gestão e manutenção de espaços verdes, manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano, limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, de realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e de promoção a manutenção dos espaços envolventes destes estabelecimentos.

Cláusula 2ª **(Atividades de conservação e manutenção)**

1. No âmbito do presente Acordo de Execução, a **FREGUESIA** compromete-se a assegurar a gestão e manutenção dos espaços verdes, a limpeza das vias e dos espaços públicos, sarjetas e sumidouros,

bem como realizar pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e a promover a manutenção dos seus espaços envolventes.

2. A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação compreende a limpeza, a manutenção e a conservação dos espaços de jogo e recreio, propiciando uma sua adequada utilização.

3. As reparações relativas aos estabelecimentos escolares integram, em especial, as elencadas no **Anexo I** do presente Acordo de Execução, que dele faz parte integrante.

Cláusula 3ª
(Recursos financeiros)

1. Para a prossecução do objecto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 2ª, é concedida, pelo **MUNICÍPIO** à **FREGUESIA**, uma verba anual no montante de **82.490,38€** (*oitenta e dois mil quatrocentos e noventa euros e trinta e oito cêntimos*), a transferir trimestralmente, com início no mês de Janeiro, em conformidade com o Mapa anexo, onde constam, discriminados, os montantes a transferir por conta de cada uma das competências ora delegadas, que constitui o Anexo II deste contrato e dele faz parte integrante.

2. Sem prejuízo do disposto no ponto 1, o montante da verba a conceder será, se necessário e desde que fundamentado, objecto de acertos financeiros.

Cláusula 4ª
(Recursos humanos)

Não são afectos recursos humanos à execução do presente contrato, por não ter sido considerado necessário.

Cláusula 5ª
(Recursos patrimoniais)

Não são afectos recursos patrimoniais à execução do presente contrato, sem prejuízo de eventuais alterações que possam vir a ser introduzidas, caso se revele necessário.

Cláusula 6.ª
(Obrigações da FREGUESIA)

1. No âmbito do presente Acordo de Execução, a **FREGUESIA** fica obrigada a:

a) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia, no cumprimento das competências delegadas;

- b) Proceder de forma correta e equilibrada às reparações nos estabelecimentos de educação e à manutenção de espaços envolventes, de acordo com critérios de eficiência, eficácia e economia;
- c) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências, a cada uma das reparações ou à manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação;

Cláusula 7ª
(Execução e avaliação do contrato)

1. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma contínua, pelo **MUNICÍPIO** que, para o efeito, poderá realizar reuniões conjuntas e periódicas com a **FREGUESIA**, solicitando todas as informações que considere pertinentes para a avaliação do presente contrato.
2. Tendo em vista a verificação da realização dos trabalhos objeto das competências ora delegadas, o **MUNICÍPIO**, no que respeita aos trabalhos de gestão e manutenção de espaços verdes, de limpeza das vias e dos espaços públicos, sarjetas e sumidouros, procederá à elaboração de autos de medição e, no que respeita às reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e à manutenção dos seus espaços envolventes, a **FREGUESIA** deve remeter, trimestralmente, ao **MUNICÍPIO** informação detalhada sobre os trabalhos realizados.

Cláusula 8ª
(Prazo de validade do contrato)

A duração do presente contrato coincide com a duração do mandato da Assembleia Municipal, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados, e considera-se renovado após a instalação deste órgão.

Cláusula 9.ª
(Cessação do Acordo)

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, o **MUNICÍPIO** deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da referida *Lei n.º 75/2013*.
3. A cessação do presente acordo não poderá nunca por em causa a continuidade do serviço público, cabendo à Câmara o exercício das competências para as quais o acordo tenha deixado de vigorar.

Cláusula 10.ª
(Modificação do acordo de execução)

1. O presente Acordo de Execução pode ser modificado por acordo entre as partes, sempre que as circunstâncias em que se fundou a decisão de acordar a delegação de competências tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do Acordo de Execução.
2. A modificação do Acordo de Execução obedece a forma escrita.

Cláusula 11.ª
(Revogação)

O presente Acordo de Execução não é suscetível de revogação.

Cláusula 12.ª
(Caducidade)

O Acordo de Execução caduca nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, de acordo com o disposto na cláusula 8.ª, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as partes.

Cláusula 13.ª
(Publicidade)

O presente acordo será disponibilizado por ambos os outorgantes nas suas páginas do sítio da Internet e afixado em local próprio nas respectivas sedes.

Cláusula 14.ª
(Cabimento e compromisso)

A despesa relativa a este contrato encontra-se cabimentada pela proposta de cabimento nº _____, de _____, correspondendo-lhe a requisição externa de despesa com o compromisso nº _____, de _____.

Cláusula 15.ª
(Disposições legais aplicáveis)

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências, observar-se-ão:
 - a) O respetivo clausulado e o estabelecido no Anexo I;
 - b) A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. Subsidiariamente, observar-se-ão, ainda:

- a) As disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, em especial a sua Parte III;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Arquiva-se no maço de documentos:

- a) As deliberações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia que aprovaram a minuta do presente Acordo de Execução;
- b) O mencionado documento onde consta a descrição dos trabalhos relativos aos estabelecimentos escolares referido no nº 3 da cláusula 2ª;
- c) Os identificados documentos de cabimento e compromisso.

Pelo segundo outorgante foram exibidas:

- a) Uma certidão comprovativa em como a sua representada tem a situação regularizada relativamente a impostos devidos ao Estado, emitida em __ de ____ de 201_ pelo Serviço de Finanças de Braga 2;
- b) Uma declaração comprovativa em como a sua representada tem a situação contributiva regularizada para com a Segurança Social, emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Directa em de __ de ____ de 201_.

Para constar se lavrou o presente contrato em duplicado, ficando um exemplar para cada uma das partes.

Paços do Concelho de Braga, 22 de Fevereiro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

/ Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio /

O Presidente da Junta de Freguesia de
Arentim e Cunha

/ José Manuel Ribeiro Afonso /

ANEXO I

Reparações a que se refere o n.º 3 da cláusula 2.ª

Carpintaria

- ✓ Substituição de vidros
- ✓ Substituição/reparação de ferragens
- ✓ Afinação de portas e janelas
- ✓ Colocação/deslocação/fixação de quadros, placards, cabides, etc.
- ✓ Outras pequenas intervenções

Instalações sanitárias

- ✓ Reparação ou substituição de louças sanitárias e autoclismos
- ✓ Desentupimento/limpeza de sistemas de esgotos
- ✓ Substituição ou reparação de torneiras
- ✓ Reparação das ligações de águas aos aparelhos
- ✓ Colocação de tampos de sanitas
- ✓ Colocação, reparação ou substituição de porta rolos de papel higiénico, toalheiros, saboneteiras, dispensadores, toalhetes, papeleiras e outros equipamentos similares
- ✓ Outras pequenas reparações

Instalação eléctrica

- ✓ Substituição de lâmpadas e luminárias (com protecção)
- ✓ Reparação/substituição de tomadas (com alvéolos) e interruptores
- ✓ Manutenção de quadros eléctricos
- ✓ Fixação ou substituição de fios soltos ou partidos, com recurso à colocação de calha técnica, se necessário
- ✓ Execução de pequenas instalações, para ligação de aparelhos eléctricos, excepto quando exija o reforço da potência eléctrica contratualizada
- ✓ Outras pequenas reparações

Nota: os trabalhos a executar devem estar em conformidade com os normativos em vigor.

Cobertura do edifício

- ✓ Substituição de telhas partidas
- ✓ Limpeza de telhados
- ✓ Reparação de pequenas peças da estrutura (ripa, etc.)
- ✓ Reparação e limpeza de algeroz e tubos de queda
- ✓ Outras pequenas intervenções

Serralharia

- ✓ Substituição ou reparação de fechaduras e outras ferragens
- ✓ Reparação de portas, cancelas, portões, janelas e gradeamentos em ferro ou outro metal
- ✓ Reparação e colocação de vedações, vitrinas de exterior, chaveiros.
- ✓ Outras pequenas reparações

Espaço exterior e recreio

- ✓ Limpeza e regularização dos pisos dos recreios
- ✓ Pequenas reparações em muros e vedações
- ✓ Limpeza ou substituição das areias do espaço de jogo e recreio
- ✓ Limpeza de valetas e sumidouros

Outras pequenas reparações

- ✓ Limpeza de salamandras e chaminés
- ✓ Pequenas reparações dos rebocos das paredes dos edifícios e pintura das zonas reparadas
- ✓ Pequenas reparações e manutenção do mobiliário (pinturas, fechaduras, puxadores, borrachas...)
- ✓ Pequenas reparações e tratamento dos pisos das salas
- ✓ Substituição de pilhas/baterias em alarmes e campainhas
- ✓ Reparação de estores

COMPETÊNCIAS													
FREGUESIAS	Conservação de escolas e espaços envolventes Artigo 132.º n.º 1 e)		Gestão de manutenção de espaços verdes Artigo 132.º n.º 1 a)		Gestão de manutenção de espaço arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros Artigo 132.º n.º 1 b)		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço		Valores Totais Delegação Competências ao Abrigo do nº 132	Fator de coesão territorial - Artº 135	TOTAIS
	Nº de Salas	Valor €	m ²	Valor €	m ²	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €			
		Valor €	m ²	Valor €		m ²	Valor €	Km		Valor €			
ARENHIM E CUNHA	10	8.109,00 €	28.810,20	20.167,14 €	1.002	4.008,00 €	41,57	14.101,00 €	10.360,00 €	56.745,14 €	25.745,24 €	82.490,38 €	

REQUISIÇÃO : 2016016/53 (DIVISÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS)
Data : 2016-02-25

2263

ARENTIM E CUNHA
LUGAR DE GALINHELA
ARENTIM
4705-011 AARENTIM
PORTUGAL

Contribuinte: 510834612

Braga, 2016-02-25

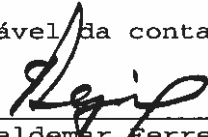
Cabimento: 2016016/53 a 2016-02-25

(EUR)							
Código de	Data de	Designação	U.C.	Quantidade	Preço	Desc%	I.V.A. Valor
Produto/Conta	Entrega						
63136	2016-02-25	ATUALIZAÇÃO DOS CUSTOS RELATIVO 0					
		ACORDO DE EXECUÇÃO	----	1,000	7339,78000	0	7 339,78
		Data Órgão Económica	Dotação		Valor		
	2016-02-25	01 04050102	2 693 363,34		7 339,78		

Incidência	Taxa	Valor de Iva	Sub-Total	7 339,78
			Valor IVA	0,00
			Valor total	7 339,78

Condições de pagamento :
Local de entrega : FREGUESIAS

O responsável da contabilidade


(Dr. Valdemar Ferreira)

NIF: 506 901 173



BRAGA
Município

*Em substituição do
Senhor Presidente da
Câmara Municipal de Braga:
- À reunião do Executivo Municipal
V.º - o V.º
23 mai 2015*

GABINETE VICE-PRESIDENTE

PROPOSTA

Tendo sido celebrado o acordo de execução em anexo, entre este Município e a União de Freguesias de Arentim e Cunha, através do qual, nomeadamente, foi delegada naquela União de Freguesias a competência relativa à gestão e manutenção de espaços verdes e verificando-se, entretanto, que a área relativa aos mencionados espaços verdes, sitos naquela União, constante da avaliação de custos associados, anexa ao dito acordo de execução, não se encontra correta, tendo sido efetuada nova medição pelos competentes serviços técnicos (DAF), conforme informação anexa,

Proponho que seja submetida à consideração do Executivo Municipal a alteração da área de espaços verdes, constante do quadro relativo à avaliação dos custos associados, junto ao acordo de execução, celebrado em 5 de junho de 2014 entre este Município e a União de Freguesias de Arentim e Cunha e que dele faz parte integrante, dali passando a constar a área de 28.810,20 correspondente ao valor de € 20.167,14 e não a área de 18.324,80 m², correspondente ao valor de € 12.827,36.

Segue em anexo quadro de avaliação dos custos associados atualizado.

O Vice-Presidente

Firmão Marques
Firmão Marques